

<https://doi.org/10.21680/2764-6076.2025v4n5ID38168>

ENTRE MUROS E BARREIRAS: O LUGAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL

Meyre Ane Sampaio Moreira¹

José Veiga Viñal Júnior²

RESUMO

Este artigo originou-se a partir da realização de uma pesquisa, cujo objetivo foi investigar que lugar a educação infantil (EI), responsável pela formação da criança na primeira infância, ocupa na escola de ensino fundamental, buscando saber se essa escola, enquanto estabelecimento de ensino, garante os direitos dessa criança, no que se refere aos princípios básicos que estruturam esse segmento educativo. Trata-se de um estudo de caso, pautado nos aportes teóricos de autores como Libânio (2019), Gasparin (2014), Oliveira (2015) e outros, que discutem a importância da EI para o desenvolvimento integral da criança, além das diretrizes legais, como a LDB e a BNCC. A metodologia combinou abordagens qualitativas e quantitativas, utilizando questionários e entrevistas semiestruturadas aplicadas a professores que atuam na EI, visando compreender sua formação, desafios e práticas pedagógicas. Os resultados indicam que a maioria dos professores não possui formação específica para atuar na EI e as dificuldades apontadas incluem falta de apoio pedagógico, estrutura física inadequada e um currículo que não respeita as especificidades das crianças. Observou-se, também, que a dinâmica escolar geralmente prioriza o ensino fundamental, desconsiderando as especificidades da EI. Conclui-se que, embora existam avanços significativos, nos últimos anos, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma educação infantil de qualidade. Além do mais, comprehende-se que a implementação de formação continuada, a criação de ambientes adequados e uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas são essenciais para reconhecer a EI como uma etapa fundamental no sistema educacional, promovendo assim o desenvolvimento integral e a cidadania das crianças.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; trajetória e desafios; formação docente.

BETWEEN WALLS AND BARRIERS: THE PLACE OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN ELEMENTARY SCHOOLS

RESUMO

¹ Professora e Coordenadora Pedagógica da Educação Básica em Salvador/BA, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Mestra em Educação de Jovens e Adultos. melsmoreira@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-1466-5906>. <http://lattes.cnpq.br/4962862887127732>.

² Professor Adjunto na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade do Estado da Bahia, Doutor em Linguística pela Universidade de Vigo-Espanha. jvjunior@uneb.br. <https://orcid.org/0000-0001-5009-1551>. <http://lattes.cnpq.br/8470536215269174>.

This article originated from a research project whose objective was to investigate the place of early childhood education (ECE), responsible for the formation of children in early childhood, in elementary schools, seeking to know whether this school, as an educational establishment, guarantees the rights of these children, with regard to the basic principles that structure this educational segment. This is a case study, based on the theoretical contributions of authors such as Libânio, Gasparin, Oliveira and others, who discuss the importance of ECE for the integral development of children, in addition to legal guidelines, such as the LDB and the BNCC. The methodology combined qualitative and quantitative approaches, using questionnaires and semi-structured interviews applied to teachers who work in ECE, aiming to understand their training, challenges and pedagogical practices. The results indicate that most teachers do not have specific training to work in ECE and the difficulties pointed out include lack of pedagogical support, inadequate physical structure and a curriculum that does not respect the specificities of children. It was also observed that school dynamics generally prioritize elementary education, disregarding the specificities of EI. It is concluded that, although there have been significant advances in recent years, there is still a long way to go to ensure quality early childhood education. Furthermore, it is understood that the implementation of ongoing training, the creation of appropriate environments and a critical reflection on pedagogical practices are essential to recognize EI as a fundamental stage in the educational system, thus promoting the integral development and citizenship of children.

PALAVRAS-CHAVE: early childhood education; trajectory and challenges; teacher training.

INTRODUÇÃO

Atualmente, a educação infantil (EI) tem se destacado nas discussões acadêmicas e políticas, refletindo sua importância fundamental na formação integral da criança. Então, com base nas concepções de especialistas na área do desenvolvimento infantil como Emile Durkheim (1978) e Lev Vygotsky (2007), pode-se compreender a educação infantil não apenas como um preparatório para a educação formal, mas sim um momento crucial para o desenvolvimento social, emocional e cognitivo da criança na primeira infância. Entretanto, essa etapa da educação enfrenta desafios significativos, dentre eles citamos a sua inserção no contexto das escolas de ensino fundamental (EF). Sobre esse assunto, Oliveira (2015) destaca que a integração da educação infantil na escola de ensino fundamental é uma demanda que está relacionada às mudanças no cenário educacional, principalmente com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) e o reconhecimento da importância desse segmento educativo como primeira etapa da educação básica.

Para Lima (2010, p. 47) "a inclusão da educação infantil no ambiente escolar de ensino fundamental requer uma transformação profunda na forma de pensar e agir dos profissionais envolvidos nesse processo"; uma vez que, para alguns, essa etapa é vista apenas como um momento de recreação e cuidados básicos, enquanto para outros é entendida como uma fase crucial para o desenvolvimento integral das crianças. Essa divergência de concepções acaba refletindo no fazer pedagógico, limitando a potencialidade da educação infantil e sua contribuição no processo formativo da criança. Segundo Gasparin (2014, p. 56), "a educação infantil precisa ser compreendida como um espaço de aprendizagem significativa, em que a criança seja protagonista do seu próprio desenvolvimento". Portanto, a falta de espaços adequados e materiais pedagógicos específicos para atender as necessidades das crianças da educação infantil também se configura como um desafio a ser enfrentado, e a escola de ensino fundamental muitas vezes não possui estrutura física e recursos suficientes para garantir o desenvolvimento pleno das crianças dessa faixa etária.

Historicamente a educação infantil passou por transformações significativas, principalmente nas últimas décadas. Antigamente, as escolas que ofereciam pré-escola eram frequentemente vistas sob a ótica do assistencialismo, mas atualmente, essa percepção mudou. Hoje, a educação infantil é reconhecida como uma política pública fundamental na promoção do desenvolvimento sociocultural da criança e na construção de sua identidade, autonomia e cidadania (Lei nº 9.394 de 1996). Conforme as diretrizes existentes, a educação infantil deve proporcionar ambientes que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, físico, psicomotor, emocional e social da criança. Nesta perspectiva, os fundamentos do cuidar, educar e brincar são intrínsecos e complementares. Ao considerar o brincar como atividade essencial, o Parecer CNE/CEB N. 20/2009 (p. 7) indica que "o brincar proporciona à criança oportunidades de imitar o conhecido e construir o novo," favorecendo a aprendizagem em uma abordagem lúdica. Além disso, estudos demonstram que o brincar é crucial para o desenvolvimento da autonomia e identificação da criança, mas muitos educadores ainda encontram barreiras para implementar essa prática em ambientes de ensino fundamental. Apesar disso, a luta pela identidade da educação infantil é um desafio que persiste. Entretanto, para que a EI seja

reconhecida na sua plenitude, é preciso conhecer as especificidades da pequena infância, sua cultura e seu olhar sobre o mundo.

Em vista disso, assumiu-se o desejo de investigar que lugar a educação infantil, responsável pela formação da criança na primeira infância, ocupa na escola de ensino fundamental de uma determinada escola da rede municipal de ensino de Salvador/BA, objetivando saber se essa escola, enquanto estabelecimento de ensino, garante os direitos dessa criança, no que se refere aos princípios básicos que estruturam a EI, com vistas a proporcionar uma melhor compreensão sobre o seu papel na formação desses sujeitos sociais. Fomentados por esta ideia, decidiu-se fazer uma pesquisa de campo para realizar uma breve análise sobre as ações implementadas pela escola que favoreçam o desenvolvimento socioemocional, psicomotor, físico e cognitivo da criança, buscando respostas para algumas questões, como: *a escola de ensino fundamental que oferta a educação infantil, atende aos princípios básicos do cuidar, do educar e do brincar? O perfil dos professores que atuam na EI atende aos critérios exigidos pela LDB? A escola de ensino fundamental garante o espaço para a formação identitária da criança da educação infantil?*

Para fundamentar essa pesquisa utilizamos os aportes teóricos de Freire (2015); Gasparin (2014); Libânio (2019); Lima (2010); Oliveira (2015) e Veiga (2018). Outras contribuições teóricas foram trazidas à medida que a pesquisa se desenvolvia. A combinação de métodos qualitativos e quantitativos propiciou uma abordagem abrangente para a pesquisa, permitindo a coleta de dados por meio de observação assistemática, entrevistas semiestruturadas, registro em campo, questionários e análise documental. Espera-se que os resultados desta investigação contribuam para uma compreensão mais ampla sobre a relevância da educação infantil no sistema educacional brasileiro, destacando sua importância na formação da autonomia e cidadania da criança. Em conclusão, a atualização e a reflexão crítica sobre o lugar da educação infantil nas escolas de ensino fundamental são fundamentais para promover práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral das crianças. Assim, desejamos que essa discussão possa ser ampliada, incentivando mais pesquisas e debates sobre o tema.

EDUCAÇÃO INFANTIL E SUA TRAJETÓRIA DE DESAFIOS E CONQUISTAS

A educação infantil no Brasil, nos dias atuais, reveste-se de uma significância ímpar, especialmente ao se considerar o arcabouço legal que a sustenta. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passou a ser considerada um direito fundamental, vinculando a proteção e promoção dos direitos da criança com a necessidade de uma educação de qualidade. Além do mais, a Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada em 1989, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, foram marcos cruciais que reforçaram essa perspectiva, estabelecendo o princípio da proteção integral e prioridade absoluta para crianças e adolescentes. Anos depois, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - lei nº 9.394/1996, e a edição do Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil (RCNEI) em 1998, delinearam-se metas claras que visam à universalização e à qualidade da educação infantil. A Política Nacional de Educação Infantil, estabelecida em 2006, buscou consolidar um modelo educativo que respeitasse a diversidade e os direitos educativos das crianças de 0 a 5 anos (Brasil 2006).

Ainda, a aprovação da Lei nº 13.005/2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, acentuou esse compromisso:

A meta 1 do PNE visa a universalização da educação infantil para crianças de 4 a 5 anos e a ampliação do atendimento em creches para 50% das crianças de até 3 anos até o final de sua vigência (PNE, 2014, p. 3).

Apesar de esse objetivo ter sido um passo importante, a realidade revela que muitos municípios ainda enfrentam consideráveis dificuldades, com atendimento à EI muito abaixo do esperado. A nível nacional, o percentual de atendimento a crianças da educação infantil aumentou, consideravelmente, contudo ainda não atingiu a meta prevista no PNE. De acordo com os dados do censo escolar 2023, cerca de 4,1 milhões de crianças estavam matriculadas na educação infantil³. Ademais, a partir da sanção da Lei n.º 11.274/2006, que alterou a idade de matrícula na educação básica, o Brasil viu uma alteração no atendimento educacional, com a matrícula de crianças de 6 anos no 1º ano do ensino fundamental. Essa mudança gerou novas discussões sobre como adequar práticas pedagógicas às necessidades e peculiaridades dessa primeira infância, sendo importante destacar que o cuidado

³ <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-do-censo-escolar-2023>. Acesso em 03 nov.2024.

com essa faixa etária não se resuma à preparação para o ensino fundamental, mas que considere os direitos da criança de conviver, brincar e explorar. Recentemente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2018, trouxe inovações ao sistematizar competências e aprendizagens essenciais que os alunos devem desenvolver nas diferentes etapas da educação básica, incluindo a EI. No entanto, a articulação entre a legislação e a realidade prática ainda é um desafio premente.

A pluralidade das "infâncias" no Brasil exige um olhar crítico e reflexivo sobre as experiências das diferentes crianças em contextos socioeconômicos variados (Costa, 2020). Então, para se pensar numa educação infantil, eficaz e eficiente é preciso caracterizar e conhecer seus sujeitos, atributos, vivências, demandas, conexões e perspectivas futuras. Vale ressaltar que apesar dos baixos índices de atendimento, nas últimas décadas, buscando atender o ordenamento legal nacional, estados e municípios criaram projetos e programas, para garantir o direito à Educação para crianças de zero a cinco anos, uma vez que é este o imperativo ora colocado a todos; legisladores, gestores, intelectuais, educadores e famílias. Todavia, um estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2013, evidenciou que, embora muitos municípios tenham avançado, continuam a existir fragilidades significativas na educação infantil, como a formação inadequada dos professores, por exemplo. Além disso, a falta de uma estrutura específica para atender a educação infantil nas secretarias de educação revela a despriorização do tema nas políticas públicas municipais. É o que revela o relatório da pesquisa ao mostrar que 57% das instituições pesquisadas, nos 244 municípios baianos, ainda não possuem um setor específico para atender a EI em suas secretarias de educação. E sabe-se que é fundamentalmente importante se “ter um setor específico para a educação infantil nas secretarias de educação evidencia o lugar que a educação infantil ocupa no projeto de educação dos municípios e nas políticas públicas municipais”, ressalta Marlene dos Santos⁴.

No que se refere à capital baiana, com a municipalização das creches, houve avanços significativos no contexto da educação infantil, mas ainda assim Salvador/BA enfrenta limitações no atendimento e na implementação de uma pedagogia que priorize o brincar e o cuidado integral da infância. Apesar da criação de mais vagas

⁴ Coordenadora do Proinfância e professora da UFBA. Disponível em:

<https://www.acordacidade.com.br/noticias/122054/pesquisa-mostra-perfil-da-educacao-infantil-na-bahia.html>. Acesso em 20 out.2024.

e da busca por transparência na matrícula das crianças, persiste uma cultura escolar que muitas vezes ignora as necessidades naturais de interação e atividade lúdica do público infantil.

Na rede municipal de ensino de Salvador/BA, a EI é ofertada em duas etapas: creches - 0 a 3 anos de idade; pré-escolas - 4 e 5 anos de idade.

Tabela 1 - Etapas da educação infantil ofertadas na rede municipal de ensino de Salvador

EDUCAÇÃO INFANTIL	
I - Creche (0 a 3 anos de idade)	II - Pré-escola (4 e 5 anos de idade)
- Grupo 0 - 0 a 12 meses (até andar) ou 3 a 18 meses	- Grupo IV - 4 anos completos até 31 de março
- Grupo I - 1 ano completo até 31 de março	- Grupo V - 5 anos completos até 31 de março
- Grupo II - 2 anos completos até 31 de março	
- Grupo III - 3 anos completos até 31 de março	

Fonte: Site da Secretaria Municipal de Educação de Salvador

Vale destacar que a partir de 2015, a distribuição de vagas para a educação infantil, em Salvador/BA, passou a ser realizada por unidades de ensino, independentemente da sua oferta, mediante realização de cadastrado de forma online. Quando o número de vagas ofertadas era maior do que o número de crianças inscritas, todas eram contempladas. Se por outro lado, a oferta de vagas fosse menor do que a demanda, então era realizado um sorteio eletrônico. Os novos critérios de prioridade e sorteio, foram implantados com o objetivo de dar mais transparência ao ingresso das crianças na educação infantil da rede municipal de ensino. Conforme declarou o secretário de educação, a época, Guilherme Bellintani, a medida permitiu que a Secretaria Municipal da Educação (SMED), aprimorasse o planejamento da expansão da sua oferta de vagas e a redução das mais de 3 (três) mil vagas ociosas.

Atualmente, a educação infantil, na rede municipal de Salvador, é ofertada nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade, em escolas de ensino fundamental que possui classes da educação infantil e através do Programa Primeiro Passo⁵, um auxílio financeiro mensal concedido para famílias de baixa renda com crianças em idade de creche e pré-escola, não matriculadas na rede municipal de educação, por falta de vagas.

No que tange a questão da educação infantil ofertada em escolas de ensino fundamental, com base em estudos recentes, evidencia-se que tais escolas priorizam

⁵ <https://spmj.salvador.ba.gov.br/primeiro-passo-completa-oito-anos-com-reajuste-e-mais-de-16-mil-familias-atendidas/>. Acesso em 03 nov.2024.

o ensino fundamental revelando-se, lamentavelmente, em espaços restritivos e inadequados para atendimento das crianças da EI. Essa realidade compromete o pleno desenvolvimento das crianças na primeira infância, um período crucial para o desenvolvimento das suas habilidades cognitivas, sociais e emocionais. A pesquisa realizada em uma determinada escola da rede municipal de ensino de Salvador ilustra bem essa situação. Ao longo do estudo, foi observado que os espaços destinados ao brincar estavam limitados às salas de aula, com raras oportunidades de interação fora desses ambientes. As áreas externas da escola, que poderiam ser utilizadas para promover o brincar, eram proibidas sob a justificativa de que crianças mais velhas poderiam representar riscos para as crianças pequenas. Essa visão, que contrasta com as práticas pedagógicas contemporâneas, impede o convívio saudável entre crianças de diferentes idades, essenciais para o desenvolvimento social e emocional.

Adicionalmente, a estrutura física da escola e a sua dinâmica são totalmente voltadas para o atendimento dos alunos do ensino fundamental, desconsiderando as necessidades específicas das crianças menores. Assim, as crianças da educação infantil são mantidas dentro de sala de aula durante todo o período escolar, inclusive nos momentos que deveriam ser dedicados ao recreio. Em vez de promover a interação com o ambiente e com os colegas, esses momentos acabam restritos a atividades passivas, como assistir a filmes e/ou ouvir músicas, desvirtuando o que deveria ser uma experiência lúdica e enriquecedora. A realidade observada na escola *lócus* da pesquisa não é um fato isolado, mas um padrão recorrente em muitas instituições que oferecem educação infantil no Brasil. Essa abordagem demonstra uma falha sistêmica em garantir às crianças o direito a um desenvolvimento pleno e contextualizado na primeira infância. Além disso, muitos educadores que atuam nesse segmento revelam uma falta de preparação e formação específica para lidar com as nuances do desenvolvimento infantil, o que potencializa ainda mais os desafios enfrentados.

Diante desse cenário, a discussão sobre a formação dos professores que atuam na educação infantil se torna indispensável. É fundamental que políticas de formação continuada sejam estabelecidas, priorizando a prática pedagógica voltada para a primeira infância e respeitando suas particularidades. Esse esforço deve ser coletivo, envolvendo gestores, educadores e a sociedade civil, para garantir que a educação

infantil no Brasil não apenas promova o acesso, mas também assegure a qualidade do atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Conclui-se que, para um avanço significativo na educação infantil, é necessário transformar as práticas atuais, promovendo ambientes que respeitem o direito de ser criança. Esse movimento é essencial não apenas para atender às necessidades das crianças, mas para garantir que elas tenham as experiências significativas necessárias para sua formação integral.

IMPACTO DA FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma fase fundamental no desenvolvimento humano, sendo reconhecida não apenas como um espaço de socialização, mas também como um contexto de aprendizado significativo. Nos últimos anos, o tema da formação de professores que atuam nessa etapa da educação básica tem ganhado destaque nas discussões educacionais. Esse fenômeno ocorre em virtude das novas demandas sociais, dos avanços nas pesquisas educacionais e da valorização da formação continuada de educadores. A formação de professores da EI está intrinsecamente ligada à construção de uma prática pedagógica sólida e inovadora. Corroborando com essa forma de pensar, Kramer (2013) nos diz que a qualidade da educação na infância está diretamente associada à formação dos seus educadores. Isso reafirma a ideia de que a formação inicial e a formação continuada dos docentes são componentes essenciais na qualificação da práxis docente e na formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Sabemos que a escola não é o único espaço que promove a aprendizagem dos sujeitos, mas é por meio dela que as crianças desenvolvem habilidades motoras e emocionais, além de aprender a se relacionar com seus pares, construindo um repertório social e cultural diversificado. Para tanto, os educadores desempenham um papel crucial, visto que são eles que, com sua atuação, criam ambientes estimulantes e propícios ao aprendizado. Nesse sentido, defende-se a ideia de que o professor deve ser visto como um mediador e provocador de aprendizagem, capaz de articular teoria e prática em seu cotidiano. Portanto, dá-se ênfase à importância da escola como um espaço em que se promovem tanto aprendizados formais como não formais, elementos fundamentais para a formação integral da criança.

Entretanto, a transição do conhecimento teórico adquirido durante a formação para sua aplicação prática no cotidiano escolar ainda é um desafio significativo. Dentre as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam na EI, a falta de recursos e a resistência a novas abordagens pedagógicas são algumas das barreiras que se impõem. Em concordância com esse pensamento, Tardif (2012) ressalta que o saber docente é constituído por um saber fazer que incorpora, de maneira prática, o saber teórico em um constante movimento de reflexão. Assim, a performance do professor na educação infantil deve ser embasada em um diálogo contínuo entre a teoria e a prática, propiciando um processo de ação-reflexão-ação.

Desse modo, a formação de professores deve priorizar abordagens que incentivem o desenvolvimento de um olhar crítico-reflexivo sobre sua prática pedagógica. Isso se reflete na proposta da formação continuada, que deve ser entendida como um espaço de construção colaborativa de saberes, onde os educadores possam compartilhar experiências, refletir sobre suas ações e aprimorar suas abordagens pedagógicas. Nesse contexto, a contribuição dos estudos de autores como Libânio (2019) é fundamental, pois enfatiza a necessidade de uma formação que considere as especificidades do trabalho docente, bem como a realidade socioeconômica e cultural das crianças atendidas nas instituições que ofertam a educação infantil.

Em suma, a formação de professores da educação infantil não deve se restringir a aspectos técnicos e metodológicos, mas deve abranger uma visão holística que compreenda as diversas dimensões do processo educativo. Assim, incentiva-se uma prática pedagógica que não apenas considere os conteúdos a serem ensinados, mas também as vivências e os contextos das crianças. Com isso, espera-se que os educadores se tornem agentes transformadores, capazes de promover uma educação de qualidade que atenda às necessidades e expectativas da sociedade contemporânea.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento desta pesquisa, como mencionado anteriormente, adotou-se uma abordagem qualitativa e quantitativa, buscando compreender a relevância e os desafios da educação infantil inserida no âmbito de escolas de ensino fundamental, com ênfase em contextos específicos, como escolas públicas da rede

municipal de ensino de Salvador/BA. A investigação se justifica pela necessidade de uma análise crítica sobre a integração dessas etapas educacionais e as práticas pedagógicas correlatas, com vistas a buscar subsídios que proporcione melhorias nas práticas educativas, assegurando o direito à educação de qualidade para todas as crianças.

O referencial teórico fundamenta-se em autores renomados que discutem as múltiplas dimensões da educação infantil, incluindo a formação docente, as diretrizes legais e as concepções pedagógicas que influenciam a prática educativa. Oliveira (2015), por exemplo, aponta que a integração da educação infantil no contexto do ensino fundamental é uma demanda emergente que deve ser contemplada a partir das políticas públicas estabelecidas, como o plano nacional de educação e as diretrizes curriculares. Lima (2010), por sua vez, ressalta a importância de uma transformação nas práticas educativas, essencial para que a EI seja valorizada como espaço de aprendizagem significativa.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários (questões abertas e fechadas) e entrevistas semiestruturadas aplicadas a professores que atuam na EI. O questionário teve como foco dados demográficos, formação acadêmica, participação em formações continuadas, além de dificuldades enfrentadas na prática pedagógica. A abordagem qualitativa, através das entrevistas, permitiu captar a subjetividade dos educadores sobre sua experiência profissional e as condições de trabalho na educação infantil, conforme abordado por Alarcão (2017), que destaca a função mediadora do professor na articulação entre teoria e prática. Os participantes da pesquisa foram selecionados de forma intencional, priorizando aqueles que atuam diretamente no ensino de crianças de 0 a 5 anos e que possuem experiência significativa na área. Acreditamos que um universo representativo de professores possibilite identificar as variáveis que impactam a prática pedagógica, considerando a sua formação e o suporte recebido. Os dados quantitativos obtidos pelos questionários foram analisados através do uso de estatísticas descritivas, enquanto a análise qualitativa das entrevistas foi realizada por meio da análise de conteúdo, a fim de verificar os temas recorrentes e as experiências relatadas pelos educadores.

DO QUESTIONÁRIO

Primeiramente, apresentamos os resultados obtidos por intermédio das questões fechadas dos questionários aplicados aos professores, referente aos dados pessoais, tais como: idade, gênero, carga horária e tempo de atuação profissional na educação. Os resultados obtidos revelam que os docentes que atuam na educação infantil, no estabelecimento de ensino onde a pesquisa se deu, são 100% do gênero feminino, trabalham nessa escola há mais de 2 anos e têm entre 4 e 26 anos de experiência na educação, sendo que alguns trabalham em regime de 60 horas, atualmente. No que se refere à faixa etária, elas têm entre 32 e 55 anos de idade.

A seguir, pode-se observar que o gráfico traz os resultados relacionados à formação inicial dessas professoras que ensinam na educação infantil.

Gráfico 1 - Formação inicial para ensinar na educação infantil



Fonte: Questionário.

A análise do gráfico acima revela que 100% das professoras pesquisadas não possui formação específica para atuar na educação infantil. Essa falta de formação especializada é um fator que contribui para as dificuldades enfrentadas por essas profissionais ao buscarem desenvolver práticas adequadas e contextualizadas nesse segmento educacional. Sobre essa questão, autores como Gardin (2014) destacam que a formação inicial e continuada dos educadores é crucial para que possam vivenciar e interpretar as demandas e os contextos próprios da educação infantil. Segundo a autora, “a falta de formação específica pode resultar em práticas pedagógicas que não atendem às necessidades da faixa etária, comprometendo, assim, o potencial de aprendizado e desenvolvimento das crianças” (Gardin, 2014, p. 32).

No que se refere às questões abertas dos questionários aplicados as professoras que atuam na EI, estas foram direcionadas com o intuito de obter-se informações relevantes acerca das suas condições de trabalho, bem como captar informações relevantes sobre suas experiências e perspectivas em relação a encontros de formação continuada, fundamental para seu desenvolvimento profissional e para a melhoria da qualidade do ensino oferecido. Além disso, buscouse compreender como as discussões sobre currículo e planejamento ocorrem durante os encontros pedagógicos na escola, analisando seu impacto na seleção de conteúdos propostos para a EI. Esse conjunto de informações é essencial para entendermos os desafios enfrentados por essas profissionais e para pensarmos em estratégias que visem a valorização e a efetividade de sua atuação no cotidiano escolar.

Iniciamos com a análise dos resultados acerca da participação das referidas professoras em encontros de formação continuada nos últimos cinco, como se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 2 - Participação em formação continuada para a ed. infantil nos últimos 5 anos



Fonte: Questionário.

A leitura do gráfico 2, mostra que aproximadamente 67% dos professores pesquisados não participou de qualquer formação continuada que envolvesse a temática da educação infantil, nos últimos cinco anos. Esses dados revelam que, mesmo hoje em dia, grande parte dos professores não se encontra preparada para atuar neste segmento educativo. Vale salientar que a formação continuada é essencial não apenas para a atualização dos conhecimentos, mas também para que os professores possam integrar as novas práticas pedagógicas de forma adequada e

eficaz na sala de aula. Sobre essa questão, Pimenta e Lima (2012) afirmam que a formação continuada deve ser entendida como um processo permanente que visa à construção de saberes e à reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Sem essa formação, os docentes ficam inaptos de atender às demandas contemporâneas da educação. Em resumo, a ausência de preparo específico para os docentes que atuam na educação infantil pode ser uma barreira para a eficácia da educação ofertada. Por isso, é imperativo que se invista em programas de formação que atendam tanto à formação inicial quanto à formação continuada desses profissionais.

Gráfico 3 - Dificuldades defrontadas por professores que atuam na educação infantil

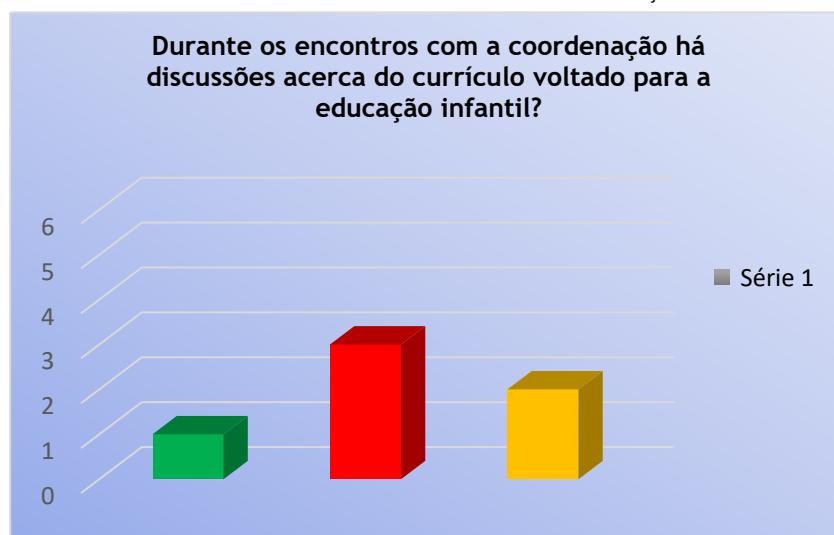


Fonte: Questionário.

A partir da análise dos dados apresentados no gráfico 3, observa-se que uma parcela significativa dos docentes que participaram desta pesquisa expressa sua insatisfação em relação às dificuldades enfrentadas na prática docente na educação infantil. Os principais fatores apontados incluem a falta de apoio da equipe pedagógica; a escassa articulação e comunicação entre escola e família; a ausência de acompanhamento da família na rotina escolar; a proposta curricular defasada e descontextualizada que não respeita as especificidades das crianças e suas necessidades básicas; e uma estrutura física inadequada da escola que prioriza o ensino fundamental. Além disso, a formação inicial desses profissionais frequentemente não oferece as condições necessárias para que implementem ações que assegurem os direitos de aprendizagem consagrados na BNCC (Brasil, 2018), à qual estabelece competências e habilidades a serem desenvolvidas na educação infantil, buscando garantir que todos os alunos tenham oportunidades adequadas de

aprendizagem, respeitando suas individualidades e ritmos. Entretanto, a realidade das salas de aula indica que muitos docentes não dispõem das condições necessárias para cumprir essa função. Autores como Libânio (2019, p. 45) destacam que "a formação do professor é um elemento decisivo para a qualidade da educação, e deve ser vista como um processo contínuo e integrado". Nesse sentido, a formação continuada se torna não apenas desejável, mas crucial para que os educadores possam se engajar de maneira significativa no desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

Gráfico 4 - Discussão sobre o currículo da educação infantil



Fonte: Questionário.

Mediante análise do gráfico 4, evidencia-se tensões e divisões significativas nas opiniões dos docentes pesquisados sobre a proposta curricular que orienta o trabalho na educação infantil. Os relatos indicam que, embora haja a prática de encontros de planejamento com a coordenação pedagógica, apenas 17% dos entrevistados afirmam que, nesses momentos, discutem de fato questões relativas à proposta curricular da educação infantil. Adicionalmente, um outro grupo de 33% menciona que essas discussões ocorrem apenas parcialmente e sem um cronograma definido, sugerindo que, possivelmente, o que realmente se aborda nesses encontros são apenas breves menções à temática em questão. Por fim, 50% dos docentes relatam que a temática da proposta curricular para a educação infantil não é discutida nesses encontros.

A literatura sobre a EI é vasta e aponta, com clareza, a relevância da reflexão e do debate sobre o currículo nesse nível de ensino. Como enfatiza o educador

Libânio (2019), a construção do currículo deve ser um ato coletivo que respeite e promova a singularidade das experiências das crianças. Ele argumenta que “o currículo deve ser um espaço de diálogo e construção, onde os saberes são compartilhados e a prática docente se torna um reflexo das realidades vividas” (Libânio, 2019, p. 123). Essa perspectiva aponta para a necessidade de não apenas planejar, mas também problematizar e inovar a prática pedagógica por meio de uma escuta atenta às experiências coletivas. Portanto, a figura do professor é crucial nesse processo.

Para Freire (2015), a prática educativa deve ser dialógica, tendo como base o respeito e a valorização do educando como sujeito do seu aprendizado. O planejamento das propostas pedagógicas, a organização dos espaços de vivência e a mediação do conhecimento são, deste modo, responsabilidades que não recaem apenas sobre o docente individual, mas exigem um esforço conjunto que articule tanto as diretrizes curriculares quanto as especificidades e necessidades de cada criança. A ineficácia nas discussões de proposta curricular, como observado nos dados obtidos, pode ser um indicativo de que a EI não está inserida de modo efetivo no projeto político pedagógico (PPP) da escola. Por conseguinte, é urgente que as escolas reavaliem suas práticas de planejamento e discussão curricular na EI. Essa reavaliação deve visar não apenas a atualização de conteúdos, mas, também, a promoção de um ambiente de aprendizado inclusivo, colaborativo e inspirado em uma proposta de diálogo entre as singularidades das crianças e os conhecimentos que o currículo pode oferecer. Assim, a EI pode cumprir seu papel no desenvolvimento integral das crianças, formando cidadãos críticos e atuantes na construção de uma sociedade mais justa.

Gráfico 5 - Planejamento e seleção de conteúdos (campos de experiências) propostos para a educação infantil



Ao analisar os dados apresentados no gráfico 5, é evidente uma divisão icástica nas respostas dos educadores que atuam na educação infantil. Um terço dos participantes afirma dedicar o tempo necessário ao planejamento para selecionar conteúdos (no caso da EI, são arranjos curriculares nos quais se organizam os conhecimentos essenciais a serem trabalhados) que atendam às expectativas e necessidades das crianças. Um outro terço relata realizar esse planejamento de forma parcial, enquanto o terço restante admite negligenciar essa prática, citando a falta de formação específica, dificuldades em saber como proceder e a ausência de apoio pedagógico como principais obstáculos. Esses resultados revelam uma preocupante realidade: muitos professores que atuam na EI não estão fazendo o planejamento de forma adequada, o que compromete a qualidade da aprendizagem das crianças. Esse cenário não apenas contraria as diretrizes da legislação educacional brasileira, que preconiza uma educação de qualidade e integral para a primeira infância, mas também desafia a reflexão sobre a formação dos professores e o suporte pedagógico necessário para o desenvolvimento de práticas mais efetivas. Em suas reflexões, Libânio (2019) destaca a importância de arranjos curriculares que integrem teoria e prática, permitindo que os educadores se sintam mais preparados para enfrentar os desafios da sala de aula. Além disso, Veiga (2018) enfatiza a necessidade de que os educadores desenvolvam uma prática reflexiva que leve em conta a realidade das crianças e seus contextos sociais e culturais. O planejamento deve ser entendido como um processo dinâmico, que requer constante adaptação e atualização, e não apenas como um simples documento a ser seguido. Assim, o autor sugere que as instituições se organizem para oferecer formação continuada e espaços de troca de experiências, contribuindo para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que realmente favoreçam o aprendizado.

É importante ressaltar que o alinhamento entre as práticas pedagógicas e as normativas educacionais é essencial para a promoção de uma educação que valoriza a infância e respeita as singularidades de cada criança. Em síntese, a análise do gráfico e da prática pedagógica dos educadores nos revela que é necessário um compromisso coletivo de investir na formação e no apoio aos professores da educação

infantil. Somente assim poderemos garantir uma educação de qualidade, que respeite as diretrizes legais e promova o desenvolvimento integral das crianças.

DA ENTREVISTA

A seguir, serão apresentadas as impressões obtidas a partir dos trechos mais significativos das entrevistas semiestruturadas realizadas com as professoras participantes da pesquisa. As questões direcionadas a elas abordaram temas essenciais, como sua formação acadêmica, o conhecimento sobre os documentos que orientam a educação infantil e a atualização das propostas pedagógica e curricular da escola, especialmente após a homologação da nova base curricular comum nacional. Também exploramos a participação das professoras nesse processo de atualização e suas observações sobre a rotina das crianças matriculadas na educação infantil oferecida pela instituição onde atuam.

Iniciamos com a análise sobre as informações obtidas acerca da formação acadêmica e do cotidiano educacional das docentes que atuam na educação infantil em uma determinada escola da rede municipal de ensino de Salvador. Sobre essa questão, as informações coletadas revelam questões críticas que refletem a realidade vivenciada no campo da EI, pois apesar de todas as participantes da pesquisa possuírem formação em pedagogia, apenas 1/6 (um sexto) delas detêm especialização em educação infantil. Isso sugere uma lacuna significativa na preparação dos docentes para trabalhar com as especificidades dessa fase crucial do desenvolvimento infantil. O referencial curricular municipal para a educação infantil (RCMEI) enfatiza a importância da formação contínua como um direito e necessidade dos educadores, apontando que "a natureza da profissão exige constantes reconstruções, bem como um permanente exercício da reflexão" (RCMEI, Salvador, 2015, p. 21). Esta reflexão se torna ainda mais pertinente em um cenário onde as práticas pedagógicas ainda não se alinham às novas demandas sociais e educacionais.

O conhecimento e a correta aplicação dos documentos que regem a educação infantil são fundamentais para garantir que as práticas pedagógicas estejam fundamentadas em diretrizes sólidas. Contudo, as declarações das docentes partícipes da pesquisa indicam um conhecimento parcial ou superficial sobre esses documentos. Sobre essa questão, Furtado (2000) observa que o desconhecimento por parte de educadores sobre a legislação e os princípios que regem a educação

infantil dificulta a implementação de uma educação de qualidade. Portanto, é preocupante que a atualização das propostas pedagógicas e curriculares, conforme a nova base curricular comum nacional (Brasil, 2018), ainda esteja pendente entre os docentes, evidenciando a necessidade de uma maior participação dos educadores no processo de elaboração e revisão desses documentos.

No que diz respeito ao cotidiano das crianças na educação infantil, é evidente que as condições estruturais e organizacionais da escola impactam diretamente na qualidade da educação oferecida. Não obstante, os depoimentos das professoras mostram um cenário de descontextualização e dificuldades em proporcionar ambientes adequados para as atividades lúdicas, essencial nessa fase do desenvolvimento. A importância do brincar e da interação em um espaço que favoreça a exploração e a ludicidade é amplamente defendida por autores como Vygotsky (2007), que acreditava que o brincar é um meio vital para o desenvolvimento social e cognitivo da criança. Diante do exposto, o que se observa é que, muitas vezes, as crianças são limitadas em suas experiências devido à estrutura da escola, que atua principalmente como um ambiente voltado para o ensino fundamental.

A respeito das propostas pedagógica e curricular da escola terem sido ou não atualizadas após a homologação da nova BCCN (Brasil, 2018) e se houve participação das entrevistadas nesse processo, a análise das respostas revela que todas as professoras reconhecem a importância de atualizar as propostas pedagógica e curricular da escola, destacando a necessidade de uma participação coletiva que inclua professores, profissionais da instituição, famílias e alunos. No entanto, suas declarações também criticam a falta de efetividade nesse processo. Uma das professoras enfatiza que tanto a elaboração quanto a avaliação das diretrizes exigem um esforço colaborativo, mas observa a ausência de um cronograma e ações concretas, o que indica uma possível redução na qualidade educacional. Outra professora menciona a intenção de atualizar o projeto político pedagógico até 2025, mas ressalta que sem um planejamento sólido, essa intenção não é suficiente. Uma terceira professora aponta a necessidade de agilidade por parte das equipes gestoras e de coordenação pedagógica, mas também destaca a falta de um compromisso claro para garantir tal atualização. Em síntese, a carência de um planejamento efetivo e a incerteza quanto aos prazos indicam uma estagnação que pode comprometer a

identidade e a missão pedagógica da escola, sublinhando a urgência de ações concretas para alinhar as propostas educacionais às demandas atuais.

No que tange à situação do cotidiano das crianças na educação infantil numa escola pensada para atender ao ensino fundamental, é importante considerar as implicações que essa questão tem na qualidade da educação oferecida e as reflexões das professoras sobre esse assunto revelam um panorama de limitações e desafios que, em última análise, podem comprometer o potencial de desenvolvimento integral das crianças pequenas. Embora o trabalho lúdico e a construção dos saberes sejam priorizados, as crianças parecem viver um estado de deslocamento, sendo frequentemente privadas de espaços adequados para brincar e aprender. A carência de uma infraestrutura que favoreça experiências significativas, especialmente na área externa, evidencia a falta de um planejamento que considere as especificidades do ensino infantil dentro de uma instituição voltada predominantemente para atender ao ensino fundamental. A tentativa de contornar essa situação resultando em atividades restritas à sala de aula, embora louvável, levanta questões sobre a efetividade desse aprendizado em um ambiente que carece de estímulos diversificados. Além disso, o receio de que conflitos possam ser gerados por alunos mais velhos não apenas limita o espaço físico, mas também pode impactar negativamente o desenvolvimento socioafetivo das crianças menores. Portanto, é crucial que as escolas adotem uma abordagem mais integrada, que valorize a infância como uma fase única e essencial, proporcionando não apenas um espaço seguro, mas também um ambiente rico em oportunidades de interação, exploração e aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar o lugar da educação infantil no contexto das escolas de ensino fundamental, buscando compreender se essas instituições garantem efetivamente os direitos das crianças, conforme os princípios que fundamentam essa etapa educativa. A análise dos resultados revela que muitas escolas que oferecem educação infantil, além do ensino fundamental, falham em assegurar as condições necessárias para o desenvolvimento integral das crianças, contrariando as diretrizes estabelecidas pela legislação brasileira.

O cenário atual da educação no Brasil é repleto de avanços, retrocessos e novas possibilidades, o que traz à tona desafios significativos para a educação infantil. Nesse contexto, surgem novas reflexões e investigações sobre as experiências infantis e as abordagens pedagógicas. É imprescindível reconhecer que as crianças vivem em uma sociedade em constante transformação, cujos impactos são percebidos nos âmbitos legal, cultural e tecnológico, além de afetar a formação dos profissionais que as acompanham nesse período crucial de suas vidas.

A diversidade de interpretações sobre as crianças, suas infâncias e a educação a elas destinada resulta de trajetórias marcadas por processos sociais, culturais e históricos. A trajetória da história brasileira é permeada por lutas e transformações que moldaram a consciência social. Atualmente, as concepções sobre infância exercem um impacto substancial na educação oferecida. Por isso, é fundamental que a educação respeite e se comprometa com o legado histórico, social e cultural que as crianças carregam como cidadãs. Elas são titulares de direitos, seres sociais e históricos, e produtoras de cultura. Para que essa visão se concretize, é essencial que as escolas se reinventem, fundamentando-se em uma abordagem teórico-metodológica sólida que atenda às necessidades das crianças. O objetivo deve ser a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de transformar informações em conhecimento. Nesse sentido, repensar a educação infantil nas escolas de ensino fundamental é uma urgência que abrange aspectos como a formação de educadores, a organização dos espaços e a compreensão da educação infantil como um direito das crianças, devendo ser garantido de maneira integral.

Assim, investir na formação específica de docentes que atuam na educação infantil, criar ambientes adequados e disponibilizar recursos materiais que atendam às necessidades dessas crianças são ações fundamentais. Além disso, é crucial promover momentos de reflexão e diálogo entre os profissionais envolvidos nesse processo educativo. Em síntese, a integração da educação infantil às escolas de ensino fundamental enfrenta desafios que demandam uma mudança de paradigma. Desenvolver uma compreensão ampliada sobre o papel dessa etapa na formação das crianças e reconhecer a EI como essencial para o seu desenvolvimento integral representam passos fundamentais. A transformação desse cenário é um imperativo ético e educacional que não pode ser postergado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Plano nacional de educação, Ministério da Educação. LEI Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Disponível em:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/32890>. Acesso em: 21 out.2024

COSTA, G. Infâncias e políticas educacionais: um olhar sobre a diversidade no Brasil. São Paulo: Editora Loyola, 2020.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Tradução de Lourenço Filho. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FURTADO, J. C. F. Ser Professor: a formação teórica, a realidade subjetiva e a prática desejada. *Revista ABEU*. Rio de Janeiro, v. 1, n.1, 2000. Disponível em: <https://juliofurtado.com.br/serprofessor.pdf>. Acesso em 01 nov.2024.

GARDIN, L. A formação do professor de educação infantil. São Paulo: 2014.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2014.

KRAMER, S. Por uma educação infantil de qualidade. Nuevamérica (Buenos Aires), v. 138, p. 04-21, 2013. Disponível em: <https://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2019/07/0138.pdf>. Acesso em: 04 nov.2024.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. Tradução de José Cipolla Neto, Luis Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIBÂNEO, J. C. Didática. 4^a. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

LIMA, E. O lugar do ensino fundamental de nove anos: desafios e possibilidades. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 39-58, 2010.

OLIVEIRA, R. M. O desafio da integração da educação infantil na escola de ensino fundamental: reflexões sobre a prática pedagógica. In: *Congresso norte-nordeste de pesquisa e inovação em educação*, nº 3. Fortaleza: EdUECE, 2015. p. 2081-2091.

PIMENTA, S. G.; LIMA, L. S. Formação de Professores: saberes e práticas. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SALVADOR. Secretaria Municipal da Educação. Referencial curricular municipal para a educação infantil em Salvador. Salvador: SMED, 2015.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2012.

VEIGA, I. Práticas pedagógicas na educação infantil: formação e atuação docente.
São Paulo: 2018.

Recebido 5 de novembro de 2024
Aceito 13 de outubro de 2025